



O QUE OS PROFESSORAS/ES DA REDE MUNICIPAL DE JATAÍ- GO PENSAM SOBRE O CONSELHO E O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO?

Josiane Souza Silva¹, Karolyne Monteiro Mendonça²,
Camila Alberto Vicente de Oliveira³

¹Universidade Federal de Goiás/REJ e-mail: josyhahn0001@gmail.com

²Universidade Federal de Goiás/REJ e-mail: karolcenter@gmail.com

³Universidade Federal de Goiás/REJ e-mail: camilaoliveira.ufg@gmail.com

Resumo:

Os Conselhos Municipais de Educação (CMEs) são órgãos de representação social e plural, espaços privilegiados para a efetivação da gestão democrática da educação. Dadas as condições, o presente trabalho tem como um dos objetivos avançar no entendimento sobre o papel dos CMEs na organização e implementação dos Planos Municipais de Educação (PMEs) e apresentar resultados finais de uma pesquisa que buscou identificar e compreender as percepções de professoras/es da Rede Municipal de Jataí – GO sobre o CME e o PME. A pesquisa conta com importantes referenciais teóricos sobre o tema, tais como: Bordignon (2009), Lima (2017), Gil (2002), Giroux (1987), Saviani (1983), dentre outros. A metodologia de pesquisa utilizada foi de caráter qualitativo e como técnica foi aplicado questionário, sendo um conjunto de questões respondidas por escrito pelo pesquisado. Houve um esforço conjunto da SME e CME na organização e implementação do PME, convocando professores do município para audiências públicas e quanto à pesquisa sobre as percepções dos professores sobre o CME e PME pode se perceber certo grau de participacionismo, no qual a participação sofre condicionamentos de diversas ordens, neste caso das políticas neoliberais com as suas sutis formas de controle e repressão que impedem uma participação efetiva e democrática.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação. Professoras/es.

Introdução

O presente texto insere-se em um projeto de pesquisa interinstitucional desenvolvido pelo NUFOPE (Grupo de Estudos Formação de Professores e Práticas Educativas) – UFG o qual visa compreender a composição e estrutura dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no estado de Goiás e como os Conselhos tem se envolvido com a implementação dos Planos Municipais de Educação (PMEs).

Nesse sentido, a pesquisa em tela também espera contribuir para a pesquisa

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – Regional Jataí. Bolsista de iniciação científica – PIBIC/CNPq/UFG – 2018-2019. Membro do NUFOPE – Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores e Práticas Educativas.

² Acadêmica do Curso de Pedagogia – Regional Jataí. Bolsista de iniciação científica – Prolicen-PIBIC/UFG – 2018-2019. Membro do NUFOPE – Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores e Práticas Educativas.

³ Orientadora - Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Docente do Curso de Pedagogia da Regional Jataí – UFG e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Jataí – GO. Membro do NUFOPE – Grupo de Estudos e Pesquisas Formação de Professores e Práticas Educativas.

interinstitucional ao qual está filiado avançando no entendimento do papel dos CME, nesse caso, aproximando-o da realidade da educação pública, recolhendo a percepção dos docentes acerca dos Conselhos (CME) e do Plano Municipal de Educação (PME), objeto inédito no âmbito das pesquisas já realizadas localmente e no estado de Goiás, conforme levantamentos realizados pelo grupo ao qual o projeto se filia.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 preveem a democratização da gestão da estrutura escolar e um dos elementos-chave dessa democratização pode ser o Conselho Municipal de Educação que, junto a todos os atores da educação, tem como responsabilidade promover um espaço de debate e promoção de uma educação pública de qualidade para todos os cidadãos, fazendo com que a educação seja um projeto de Estado e não de governo.

Neste ínterim, entra em discussão o Plano Municipal de Educação que é uma política municipal de educação, um conjunto de reflexões, intenções e ações que visam responder as demandas reais da educação no Município. Pode ser um dos caminhos para construção das políticas públicas municipais de educação, ou seja, não um plano de governo limitado a um mandato de prefeito, mas um plano de Estado com dez anos de duração e instituído por meio de Lei Municipal, articulada a uma Legislação Estadual e Nacional.

Definidos os papéis dos CME e PME, o projeto em questão justifica-se, pois não há estudos no âmbito dessa temática voltados à realidade e aproximação com os sujeitos que estão no chão da sala de aula e, diante disso, elegemos como objetivo geral: identificar e compreender as percepções de professoras/es da Rede Municipal de Jataí – GO sobre o Conselho e o Plano Municipal de Educação e especificamente, buscou a) avançar no entendimento sobre o papel dos Conselhos Municipais de Educação, especialmente na organização e implementação dos Planos Municipais de Educação; b) levantar e debater a percepção de professoras/es da Rede Municipal de Jataí sobre o Conselho e o Plano Municipal de Educação e c) relacionar as percepções das/os professoras/es com a abordagem teórica sobre os Conselhos apontando convergências, divergências e indicações – baseadas nos depoimentos – de como essas importantes informações podem chegar à escola e à seus profissionais.

A pesquisa visa contribuir com a reflexão dos professores sobre políticas educacionais, organização dos sistemas e das escolas e auxiliar na compreensão, sobretudo, do papel dos educadores na participação e controle social da educação pública, pois aquilo que é debatido e deliberado nos CME, como a criação do PME pode impactar no trabalho

docente e, conseqüentemente, nas práticas em sala de aula na educação básica.

Procedimentos metodológicos

A metodologia de pesquisa utilizada foi de caráter qualitativo e como técnica foi aplicado questionário, “por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” (GIL, 2002). Para responder à problemática “qual a percepção dos docentes acerca dos Conselhos (CME) e do Plano Municipal de Educação (PME)?” foram aplicados questionários, como técnica de pesquisa, às docentes de uma instituição de educação infantil e uma instituição de Ensino Fundamental I⁴, do município de Jataí, totalizando 14 questionários. O questionário elaborado foi composto de perguntas relativas ao perfil social e formativo das docentes pesquisadas e inseridas questões abertas e fechadas sobre as percepções acerca do CME e do PME.

Os entraves para a gestão democrática da educação na cultura brasileira

De acordo com Bordignon (2009), a raiz de formação histórica do Estado brasileiro é marcada fortemente por uma visão patrimonialista de Governo. O Brasil foi instituído sob o signo e o imaginário *de coisa do rei* e mesmo com o advento da República, a gestão da *coisa pública* continua, entre nós, fortemente marcada por uma concepção e prática do regime presidencialista com características “imperiais” patrimonialistas. Assim, as políticas públicas assumem a visão de mundo singular da *autoridade*, culturalmente *autorizada a* assumir o poder de definir os rumos das aspirações nacionais o que segundo Bordignon (2009, p.63) “consagrou a concepção que permitiu aos *donos do poder* se apossar patrimonialmente do Estado, instituindo uma burocracia baseada na obediência à vontade da autoridade” (Grifos nossos).

A Constituição cidadã de 1988 dá um importante passo para superação desta concepção autoritária e idealiza um Estado de bem estar social a cada cidadão brasileiro, prometendo uma gestão democrática a todos, mas com o surgimento do neoliberalismo, com seu exercício de poder autocrático e suas estruturas verticalizadas que são incompatíveis com o avanço de uma escola de qualidade para todos, evidencia-se o enfraquecimento das políticas educacionais brasileiras ao que concerne o direito constitucional de todo e qualquer cidadão a gestão democrática e vontade pública.

⁴ Essas escolas foram escolhidas porque eram aquelas nas quais as pesquisadoras realizavam Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Pedagogia e tinham acesso ao corpo docente.

Segundo Gentili (1996), pensando no mérito e no esforço individual, a dinâmica autoritária que caracteriza as reformas educacionais implementadas pelos governos neoliberais tende a criar as bases materiais e culturais, enfim, um tecido social marcado pelo individualismo e pela ausência de mecanismos de solidariedade coletiva. Assim, expõe (GENTILI, 1996) que os pobres acabam culpados pela pobreza; os desempregados pelo desemprego; os favelados pela violência urbana; os sem-terra pela violência no campo; os pais pelo rendimento escolar de seus filhos; os professores pela péssima qualidade dos serviços educacionais. O neoliberalismo privatiza tudo, inclusive também o êxito e o fracasso sociais.

Com essa forma de governança, a ideologia neoliberal que atua na produção de subjetividades, invadiu o nosso cotidiano, alterando nossas formas de viver e de ver o mundo, nos individualizando e rompendo com o espírito de solidariedade, elemento indispensável para a concretização da gestão democrática das políticas públicas, inclusive as do âmbito educacional.

A percepção de professoras/es da Rede Municipal de Jataí sobre o CME e o PME

O questionário aplicado buscou levantar o perfil formativo e a percepção das docentes sobre o CME e o PME. Aqui, não nos deteremos no perfil formativo das docentes, mas um detalhe nos chamou à atenção foi o período de conclusão do curso da graduação, pois esse de seu, prioritariamente após 1995, o que segundo Raimann, Raimann, Oliveira (2017, p.108) foi um período marcado por uma reestruturação

A partir da metade dos anos de 1990, os cursos de licenciatura também passavam por uma reestruturação curricular, ou seja, visava-se a formação de professores para um novo momento da sociedade do conhecimento e as pedagogias do 'aprender a aprender' estavam no bojo das discussões nas diretrizes para a formação de professores para a educação básica.

O que significa dizer, concordando com os autores citados, que a formação dos professores desde período pode ter sido influenciada por uma despolitização e ausência de consciência participativa, voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências ao gosto do neotecnicismo e o avanço das políticas neoliberais.

A segunda parte do questionário, que enfatizamos nesse texto, visou compreender qual a percepção de professoras/es⁵ da Rede Municipal de Jataí sobre o Conselho e o Plano Municipal de Educação? Para tanto, elaboramos questões fechadas e mistas, conforme podemos identificar no quadro abaixo:

Quadro I - Percepções gerais das professoras da Educação infantil

Escola de Educação Infantil	Você conhece o CME de Jataí?	... de forma a contemplar suas atribuições e produções documentais ?	Você conhece o PME de Jataí?	... de forma a contemplar o conteúdo de seu texto?	Participou do processo de criação do PME de Jataí?	Se participou, sente as suas sugestões e de seu grupo escolar atendidas?
PEI – 1	Em partes	Em partes	Em partes	Não	Sim	Em partes
PEI – 2	Não	Não	Em partes	Não	Não	_____
PEI – 3	Sim	Em partes	Sim	Sim	Não	_____
PEI – 4	Sim	Sim	Sim	Em partes	Sim	Em partes
PEI – 5	Em partes	Não	Em partes	Em partes	Sim	Em partes
PEI – 6	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Em partes
PEI - 7	Em partes	Em partes	Em partes	Em partes	Não	_____

Organização: Silva (2019)

Quadro II - Percepções gerais das professoras do Ensino Fundamental

Escola de Ens. Fundamental	Você conhece o CME de Jataí?	... de forma a contemplar suas atribuições e produções documentais ?	Você conhece o PME de Jataí?	... de forma a contemplar o conteúdo de seu texto?	Participou do processo de criação do PME de Jataí?	Se participou, sente as suas sugestões e de seu grupo escolar atendidas?
PEF – 1	Em partes	Em partes	Em partes	Em partes	Sim	Em partes
PEF – 2	Sim	Sim	Sim	Em partes	Sim	Em partes
PEF – 3	Sim	Em partes	Sim	Em partes	Sim	Em partes
PEI – 4	Em partes	Em partes	Em partes	Em partes	Sim	Em partes
PEF – 5	Em partes	Em partes	Em partes	Em partes	Sim	Em partes
PEF – 6	Em partes	Não	Em partes	Em partes	Não	_____
PEF - 7	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	_____

Organização: Silva (2019)

⁵ Nas citações das respostas das professoras, convencionamos nomear as respondentes, como PEI-1 (Professor Educação Infantil – 1, e assim, sucessivamente, até o PEI-7, quantidade total de respondentes, da Educação Infantil) e PEF-1 (Professor do Ensino Fundamental – 1, e assim, sucessivamente, até o PEF-7, quantidade total de respondentes, do Ensino Fundamental I).

Os dados apresentados nos quadros I e II apontam que as percepções gerais das professoras demonstram que na Educação Infantil das sete professoras respondentes, três delas apresentam a maioria de suas respostas positivas com relação as suas percepções sobre o CME e PME, quanto às percepções gerais das professoras que atuam no Ensino Fundamental, coincidentemente, das sete docentes respondentes, três delas também apresentam a maioria de suas respostas positivas com relação as suas percepções sobre o CME e PME.

As respostas apresentadas pelas professoras nos remetem a Giroux, que, por sua vez, recorre a Gramsci ao considerar o professor como intelectual. Para Gramsci, “Todas as pessoas são intelectuais, porque pensam, fazem mediações e aderem a uma visão do mundo”. (GIROUX, 1988, p.28 *apud* DELIZOICOV, 1995, p.54). Ao considerarem-se as professoras como intelectuais buscamos “contextualizar em termos normativos e políticos as funções sociais concretas que os professores desempenham” (GIROUX, 1988, p.24 *apud* DELIZOICOV, 1995, p.54).

Assim sendo, Giroux propõe quatro categorias: Intelectuais Transformadores, Críticos, Adaptados e Hegemônicos por meio dos quais analisa a função social dos educadores como intelectuais.

Giroux alerta que essas categorias são típico-ideias, visam indicar as formas de práticas sociais e ideológicas e que podem ser assumidas por diversas posições políticas e visões de mundo. Ainda que essas categorias não sejam rígidas, os professores, por moverem-se dentro delas e entre elas, desafiam o propósito de serem enquadrados em algumas delas (*apud* DELIZOICOV, 1995, p.55). Giroux caracteriza como Intelectual Transformador

Aqueles profissionais da educação que tornam o processo pedagógico mais político e o político mais pedagógico e assim inseri a educação diretamente na esfera política. A escola torna-se um espaço central, onde poder e política operam a partir de uma relação dialética entre indivíduos e grupos, que funcionam dentro de condições históricas e limites estruturais específicos, bem como dentro de formas culturais e ideológicas que são a base para contradições e para lutas. (*apud* DELIZOICOV, 1995, p.55).

Na categoria de Intelectual Adaptado estariam os profissionais da educação que segundo Giroux (1988)

... adotam uma posição ideológica e um conjunto de práticas materiais que sustentam a sociedade dominante e os grupos de elite. Tais intelectuais não estão, geralmente, conscientes desse processo, uma vez que não se definem como agentes do status quo... Essa categoria... se define em termos que sugerem ser livres de amarras, distante das incertezas geradas pelos conflitos de classe e pelo engajamento político (*apud* DELIZOICOV, 1995, p.57-58).

Elegemos para análise das respostas do quadro I e quadro II, os perfis transformadores e adaptados, podemos identificar que os professores PEI-3, PEI-4 e PEI-5 da escola de Educação Infantil e PEF-2, PEF-3 e PEF-4 da escola de Ensino Fundamental I ao apresentarem a maioria de suas respostas positivas (sim) demonstram um viés de professoras que agem como intelectuais transformadores, uma vez que as mesmas atenderam as convocações do CME, junto à Secretaria Municipal de Educação, em um esforço conjunto acerca do debate do PME no que diz respeito a sua organização e implementação, no ano de 2014. Afirmaram, também, que além de conhecer o CME e PME, os conhecem de forma a contemplar as suas atribuições e produções documentais. Quanto às demais oito professoras que apresentaram a maioria de suas respostas como: “em partes ou não” de vieses de intelectuais adaptados, uma vez que em suas respostas demonstram pouca participação. Para Saviani (1983, p.93)

A dimensão política se cumpre à medida que ela se realiza enquanto participando. Nesse viés, a busca da democratização da educação, que possa garantir o direito de todos, não ocorrerá na forma de lista de presença ou de documentos comprobatórios de convocação. A participação, ao contrário, poderá se efetivar pelo envolvimento coletivo, político, crítico e autônomo dos indivíduos em todo e qualquer espaço educativo.

Nesse sentido, a participação no seu sentido mais amplo deve ser incentivada. Mas sabemos que as propostas de despolitização da sociedade civil, princípio fundante das políticas educacionais neoliberais, não atendem as demandas sociais emancipatórias, elemento-chave para superação do status quo. Há pressões impostas por tais políticas neoliberais no cotidiano das escolas que obrigam os profissionais docentes a contrariarem os princípios da gestão democrática e, assim, impossibilitam o avanço da qualidade social da educação. Entretanto, concordamos com Raimann (2015, p.52) ao afirmar que “mesmo que os condicionantes externos apontem para desafios quase inatingíveis, a natureza humana continua com enorme potencial de transformação”.

O questionário, também, visou avançar na compreensão das professoras da Rede Municipal de Jataí sobre o Conselho e o Plano Municipal de Educação? Para tanto, elaboramos questões abertas como: Você acredita que o CME poderia contribuir com o seu trabalho? De que forma? (justifique) e Você acredita que o PME poderia contribuir com o seu trabalho? De que forma? (justifique), as respostas seguem no quadro III, logo abaixo:

Quadro III – Percepções sobre as contribuições do CME e do PME para o seu trabalho

Escola de Educação Infantil	Você acredita que o CME poderia contribuir com o seu	Você acredita que o PME poderia contribuir com o seu
-----------------------------	--	--

	trabalho? De que forma?	trabalho? De que forma?
PEI – 1	<i>Sim, propiciando um momento coletivo para que se possa falar de suas atribuições e atuações de fato.</i>	<i>No mínimo conhecendo-o na íntegra.</i>
PEI – 2	<i>Sim, fornecendo materiais e apoio pedagógico.</i>	Não respondeu.
PEI – 3	<i>Sim, na forma organizacional.</i>	<i>Difícil responder por que tem muitas coisas escritas que não são cumpridas.</i>
PEI – 4	<i>Sim, padronizando os prédios escolares infantis em nível elevado, em se tratando de construção física.</i>	<i>Sim, de forma a fazer-se contribuir para que se cumpra o proposto.</i>
PEI – 5	<i>Sim, com cursos de capacitação.</i>	<i>Atualmente acho meio difícil, pois a prefeitura sempre alega não ter verba para investir em cursos para os profissionais da educação.</i>
PEI – 6	Não respondeu.	Não respondeu.
PEI - 7	Não respondeu.	Não respondeu.

Organização: Silva (2019)

A análise do quadro III demonstra que as professoras respondentes se encontram céticas em relação à política educacional municipal, suas respostas, nos remetem novamente a Giroux que define o Intelectual Crítico como aqueles professores que

... não se consideram ligados a qualquer formação social específica, seus protestos constituem uma função crítica que eles compreendem como parte de seu status profissional ou de sua obrigação como intelectuais. Como indivíduos, são críticos das desigualdades e injustiças, mas frequentemente se recusam ou são incapazes de avançar de sua postura isolada para o terreno da solidariedade coletiva e da luta (GIROUX, 1988, p.37 apud DELIZOICOV, 1995, p.58).

Entendemos que para o avanço da gestão democrática no município de Jataí é fundamental que as profissionais docentes tenham conhecimento da importância do CME como espaço privilegiado para estabelecer o contraponto da deliberação singular do Executivo e do PME como documento balizador das políticas educacionais adotadas pelo município. Uma posição, meramente, crítica e individual, não favorece a superação das condições expostas pelos mesmos. Observamos que nas respostas não há nenhuma menção sobre a necessidade de união, fortalecimento do grupo para mudança e o uso efetivo do CME e PME para alcançar as transformações necessárias.

As professoras PEI-1, PEI-2, PEI-3, PEI-4 e PEI-5 demonstraram um viés de Intelectual Crítico, que se recusam em acreditar que exista ação humana que tenha efeito

sobre a história (Giroux 1988, p.34 apud DELIZOICOV, 1995, p.58), entendemos assim, porque nenhuma das respostas manifestou uma atuação política por parte das professoras.

Ser crítico na concepção do professor transformador é ser crítico atuando para mudar, no sentido de detectar, desvelar e explicitar as contradições, sociais buscando, consciente e coletivamente caminhos para ação emancipatória e transformadora (DELIZOICOV, 1995, p.59).

Professoras/es submetidos a cultura arcaica brasileira que baseia as suas políticas públicas na visão de mundo singular da *autoridade*, culturalmente *autorizada*, potencializada pela filosofia neoliberal no ambiente estatal e de gestão escolar estão com suas mentes e corpos aprisionados na manutenção do *status quo* e, assim, além de intelectuais críticos na concepção de Giroux, esses profissionais também se definem com intelectuais adaptados uma vez denunciam a política, enquanto, simultaneamente, recusam-se a correr riscos que os mobilizem em relação ao enfretamento das políticas neoliberais.

Com relação à professora PEI-6, apesar de ter sido classificada como intelectual transformadora com relação às questões fechadas, pois a mesma, afirmou ter conhecimento sobre os documentos do CME e PME e, ainda, ter participado do processo de criação do PME, porém, em relação às questões abertas se junta à professora PEI-7, pois as mesmas não responderam, nos permitindo inferir que se trata de professoras com vieses de intelectual adaptado, pois, ao não opinarem, adotam uma posição ideológica e um conjunto de práticas materiais que sustentam a sociedade dominante e os grupos de elite, o que é preocupante e limitador para o avanço da gestão democrática do município de Jataí, pois como destaca Lima (2013, p.27)

A gestão democrática só se configura articulada a partir do modelo democrático-participativo, o que significa superar a perspectiva meramente representativa que as eleições, os colegiados e as demais formas de manifestação e organização “participativa” foram ganhando nas últimas décadas (1990 e 2010). Isto requer, por um lado, a necessidade do compromisso político dos gestores e, por outro, o compromisso de cada membro da organização, o que significa ter estabelecido, sistematizado e condensado cinco quesitos básicos para a implementação da gestão democrática: gostar de participar, querer participar, ter conhecimento do objeto de participação, se reconhecer neste objeto e ter o poder de participação nas tomadas de decisão. Essas são ideias que se constituem em níveis e modalidades de participação baseadas em Bordenave (1992) e Motta (1987), autores que destacam a participação como instrumento de conservação ou de transformação.

Como demonstram os autores mencionados acima, a não participação pode se aproximar a uma espécie de cumplicidade com o sistema imposto pela classe dominante, minando as possibilidades de superação do *status quo*, comprometendo o futuro das políticas

educacionais comprometidas com políticas sociais emancipatórias que reconhecem a importância de órgãos como o CME e de documentos como o PME para atingir tais fins emancipatórios.

Quadro IV – Percepções sobre as contribuições do CME e PME para o seu trabalho

Escola de Ensino Fundamental I	Você acredita que o CME poderia contribuir com o seu trabalho? De que forma?	Você acredita que o PME poderia contribuir com o seu trabalho? De que forma?
PEF – 1	<i>Sim, o conselho existe não apenas para aprovar calendários ou fiscalizar, mas como um órgão atuante que muito pode contribuir na resolução de questões dentro do âmbito escolar.</i>	<i>Sim, contribuindo com o apontamento de diretrizes seja no trabalho dentro das instituições, seja no plano de carreira dos docentes.</i>
PEF – 2	<i>Sim, o conselho é um órgão regulador que mantém as ações educacionais alinhadas com os parâmetros legais.</i>	<i>Sim, visto que foi pensado para auxiliar o trabalho pedagógico e legal, nos termos da lei, plano de curso, diretrizes da educação.</i>
PEF – 3	<i>Sim, através do número de alunos em sala de educação infantil, priorizando no máximo com 15 alunos e com 1 monitora.</i>	<i>Claro, dando o valor necessário a nós através das assinaturas do nosso plano de carreira (assinar as titularidades, as progressões, mudar o plano municipal sobre atestados médicos, onde não somos bem vistas quando adoecemos e além de tudo se trabalhamos por 40hs ainda com atestado é descontado no nosso salário. (é desumano) vergonhoso, pois trabalhamos com poucos recursos, gastamos do nosso bolso xerox e materiais pedagógicos, entre outras angústias.</i>
PEF – 4	<i>Sim, de todas as formas (calendário, número de alunos e todas as leis), é o conselho que dá o aparato legal para o pedagógico.</i>	<i>Sim, amparando o profissional em sua carreira e tem duração de 10 anos e visa à valorização da carreira.</i>
PEF – 5	<i>Sim, trazendo subsídios para trabalhar, principalmente, com alunos que tinham dificuldades de aprendizagem.</i>	<i>Sim, através de políticas educacionais que visam o aperfeiçoamento dos professores para lidarem com situações diversas.</i>
PEF – 6	Nada a declarar.	Nada a declarar.
PEF - 7	<i>Sim, o CME é responsável por cumprir o PME e se cumprir as metas e estratégias poderá promover um ensino de qualidade. Quando é destinada as verbas para a educação, as instituições educacionais tem como possibilitar uma estrutura física adequada, facilitando o trabalho docente.</i>	<i>Plano Municipal de Educação pode sim contribuir para o trabalho do educador, contempla a promoção de educação para todos através das metas e estratégias.</i>

Organização: Silva (2019)

A análise do quadro IV demonstra que as professoras respondentes apresentam vieses de intelectuais transformadores, excetuando a professora PEF-6 que não teve nada a declarar, as respostas apresentam grau de conhecimento relevante sobre o CME e PME, o que é fundamental para o avanço das políticas educacionais municipais de Jataí.

A resposta da professora PEF-3 chama à atenção por sua coragem cívica ao afirmar que

“Claro, dando o valor necessário a nós através das assinaturas do nosso plano de carreira (assinar as titularidades, as progressões, mudar o plano municipal sobre atestados médicos, onde não somos bem vistos quando adoecemos e além de tudo se trabalhamos por 40h ainda com atestado é descontado no nosso salário). É desumano, vergonhoso, pois trabalhamos com poucos recursos, gastamos do nosso bolso Xerox e materiais pedagógicos, entre outras angústias”.

Agindo assim, a professora PEF-3 denuncia a realidade da prática docente no interior das escolas públicas municipais, o tratamento recebido pelas mesmas em relação à saúde, plano de carreira, dentre outros aspectos. Nesse sentido, Giroux (1987, p.32,41) reflete que

O papel do intelectual transformador é o de fazer o discurso crítico e o discurso da possibilidade, reconhecendo que conhecimento e poder estão inextricavelmente ligados, para mudar a vida de maneira a torna-la possível, é necessário compreender as precondições necessárias para lutar por ela. [...] a dominação nunca é tão completa que o poder seja experienciado exclusivamente como uma força negativa. Ao contrário, o poder é a base de todas as formas de comportamento, por meio das quais as pessoas resistem e lutam por sua concepção de um mundo melhor.

A esses intelectuais transformadores competem à responsabilidade de se unirem e se envolverem em um diálogo crítico com outros professores e se engajarem na luta por melhores condições de trabalho e de vida para todos.

Ao refletir sobre o CME e a percepção das professoras, nos apoiamos em Bordignon (2017) ao afirmar que este tem como conceito fundamental a deliberação coletiva, formulada com base nos diferentes olhares da pluralidade social, nos diferentes pontos de vista, dos que fazem parte ou têm interesses em determinada área social ou organização que diz respeito à sua vida e da coletividade. No contexto da gestão democrática da educação, de participação do cidadão, garantido pela Constituição Federal de 1988, os conselhos, além de exercerem suas funções deliberativas, consultivas estão sendo chamados a exercer, também, funções de mobilização e controle social.

Nas funções de controle e mobilização sociais, o CME deve mediar os interesses da sociedade em relação ao poder executivo, por meio de audiências públicas, realização de conferências e outros mecanismos de participação social.

No município de Jataí, o CME foi indutor do debate acerca do PME junto à

Secretaria Municipal de Educação, ainda no ano de 2014, como já fora afirmado.

Com relação aos depoimentos das respondentes da Escola de Educação Infantil sobre suas percepções do CME foi possível identificar pouco conhecimento sobre a base teórica que fundamenta o CME do município de Jataí. As respostas foram esvaziadas do verdadeiro sentido deste importante órgão (CME), que se utilizado de forma republicana e democrática é um instrumento, valioso, para a promoção de transformações sociais. Em relação aos depoimentos das respondentes da Escola de Ensino Fundamental sobre suas percepções do CME, ao analisarmos as respostas, é possível identificar maior consistência, na maioria é mencionada a função legal do CME, o que remete um conhecimento sobre a base teórica que fundamenta o CME e suas funções. De acordo com Bordignon (2017, p.34)

O Conselho Municipal de Educação se insere no espírito democrático e descentralizador da Constituição de 1988, tendo como fundamento a participação popular na gestão das políticas públicas. A elevação do município à condição de ente federado significou uma significativa mudança cultural, erigindo o cidadão como novo ator social. O exercício de cidadania implica e requer espaço de poder, mudanças culturais requerem um processo doloroso de revolução das consciências do significado do viver no coletivo, do ser sujeito articulado com outros sujeitos, de que a construção da sociedade em que sonhamos viver é empreitada coletivamente, não temos alternativas individuais: ou evoluímos e nos salvamos todos, ou pereceremos.

Acreditamos que tal diferença entre as professoras da Educação Infantil e do Ensino Fundamental se deva ao próprio perfil pessoal das pesquisadas, coincidentemente, as professoras da Educação Infantil ao receberem os questionários foram mais pacíficas e menos resistentes, já as professoras do Ensino Fundamental I demonstraram maior questionamento sobre a pesquisa, seu propósito e até mesmo o porquê que elas deveriam participar.

Diante do exposto, pesquisas dessa natureza visam gerar uma inquietação social, despertar a consciência dos nossos professores, apesar de sabermos que as forças externas das políticas neoliberais e o individualismo que as sustentam inibem uma ação pensada e articulada coletivamente por esses formadores de sociedade, impedindo-os de reconhecer o seu papel essencial na sociedade. As pressões que sofrem no interior das escolas, salas superlotadas, longas jornadas de trabalho, as avaliações constantes impostas pelas políticas neoliberais (observadas durante a realização do estágio e da pesquisa) são uma forma articulada de minar o espírito coletivo e assim impedir um conhecimento sobre os respaldos legais que favorecem a ação coletiva, como é o caso deste, importante instrumento, o Conselho Municipal de Educação, que com sua função garantida pela Constituição pode fornecer estratégias que propicie o avanço da coletividade.

Considerações finais

Diante dos resultados encontrados sobre a percepção de professoras/es da Rede Municipal de Jataí acerca do Conselho e o Plano Municipal de Educação é possível identificar que em relação as questões, propostas pelo questionário, respondidas pelas professoras, seis delas apresentam um viés de intelectual transformador, pois as mesmas atenderam as convocações do CME, junto à Secretaria Municipal de Educação, em um esforço conjunto acerca do debate do PME no que diz respeito a sua organização e implementação, no ano de 2014 (cuja conclusão se deu em 2015). Afirmaram, também, que além de conhecer o CME e PME, os conhecem de forma a contemplar as suas atribuições e produções documentais.

Quanto às demais oito professoras que apresentaram a maioria de suas respostas como: “em partes ou não” de viés de intelectuais adaptados às políticas neoliberais, uma vez que em suas respostas demonstram pouca participação, o que inviabiliza a instalação da gestão democrática no município, pois para efetivação da mesma é necessário uma ampla participação dos atores sociais, comprometidos com o sistema educacional do município.

Esse estudo faz coro à luta para que a gestão democrática, garantida pela Constituição Federal de 1988, seja efetivamente cumprida por meio do CME e com a implementação do PME. E, para tanto, entendemos que uma aproximação da Universidade com a escola pública faz-se necessária, uma vez que pode contribuir na instrumentalização dos professoras/es, por meio da formação continuada, com o estudo de pesquisas, como esta, dentre outras que procuram desvelar as maneiras pelas quais as instituições e grupos poderosos influenciam o conhecimento, expostas nas políticas educacionais geridas pelo Estado Gestor Neoliberal e, também, ampliar o número de intelectuais transformadores para que as transformações sociais pretendidas sejam atingidas .

Segundo Giroux (1987) é imperativo que acadêmicos e professores que trabalham como intelectuais transformadores se unam para o envolvimento em um diálogo crítico com outros professores, organizando-se coletivamente, engajando-se em projetos sociais que questionem os aparelhos políticos em todos os níveis e que dão a oportunidade de começarem a se comunicar a respeito das preocupações que partilham. Essa aliança entre Universidade e Escola Pública pode contribuir para abolir a perniciosa e institucionalizada divisão social do trabalho entre aqueles que desenvolvem pesquisas e os que acabam nem mesmo as recebendo nas escolas públicas. Cabe aos intelectuais transformadores, dessas diferentes esferas, forjarem projetos sociais e políticos, nos quais partilhem suas preocupações teóricas e suas habilidades profissionais, a fim de garantir um efetivo uso desse importante instrumento de

gestão democrática que é o CME.

A reflexão que as pesquisas se propõe a oferecer aos professoras/es visam superar o isolamento estrutural que os professores estão expostos e que hoje é confundido com passividade e assim avançarmos para a formação de Intelectuais Transformadores, imbuídos de espírito público, empenhados na participação e controle social da educação pública, que vise romper com toda e qualquer espécie de participacionismo, essa camuflagem, na qual a participação sofre condicionamentos de diversas ordens, neste caso das políticas neoliberais com as suas sutis formas de controle e repressão que impedem uma participação efetiva e democrática, inclusive com os assuntos que são debatidos e deliberados nos CME, como a criação do PME e, assim, facilitar a compreensão de como este importante documento pode impactar no trabalho docente e, conseqüentemente, nas práticas em sala de aula na educação básica.

Referências

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da Educação no Município: sistema, conselho e plano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BORDIGNON, Genuíno. Conselhos Municipais de Educação. In: Antônio Bosco de Lima. (Org.). **CMEs no Brasil: qualidade social e política da educação**. Campinas: SP: Editora Alínea, 2017, v. 1, p. 17-34.

DELIZOICOV, Nadir Castilho. **O professor de Ciências Naturais e o livro didático (No Ensino de Programas de Saúde)**. Dissertação de mestrado do Centro de Ciências de Educação. Florianópolis, 1995. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76326> acesso em: 03 de junho de 2019, às 9h:30min.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

GIROUX, Henry. **Escola Crítica e Política Cultural**. São Paulo. Ed. Cortez, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Antônio Bosco (Org.). **CMEs No Brasil, Qualidade Social e Política da Educação**. Campinas: SP: Editora Alínea, 2017, v. 1.

LIMA, Antônio Bosco. Adeus à Gestão (Escolar) Democrática. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-50, 2013.

RAIMANN, Ari; RAIMANN, Elizabeth G.; OLIVEIRA, Camila A. V. de. Perfil dos Conselhos Municipais de Educação em Goiás e a Qualidade Socialmente Referenciada da Educação. In: Antônio Bosco de Lima. (Org.). **CMEs no Brasil**: qualidade social e política da educação. Campinas: SP: Editora Alínea, 2017, v. 1, p. 103-119.

RAIMANN, Ari. PPP: A gestão e a qualidade da educação. In: LIMA, A. B. de. PPP – Participação, Gestão e Qualidade da Educação. Uberlândia: Ed. Assis, 2015.

RAIMANN, Ari. PPP: Elementos da gestão – a problemática contemporânea. In: LIMA, A. B. de. **PPP** – Participação, Gestão e Qualidade da Educação. Uberlândia: Ed. Assis, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 1983.